



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 16 DE NOVEMBRO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 24ª Audiência Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Esta audiência tem por objetivo debater o Projeto de Lei nº 1/2017, de minha autoria e tem diversos Colegas Parlamentares como coautores, que organiza a política municipal de prevenção à corrupção, cria o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social e cria o Fundo Municipal de Prevenção e Combate à Corrupção, além de outras providências.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.camara.sp.gov.br link *auditórios online*.

Comunico a todos que foram convidados para esta audiência pública o Controlador Geral do Município, Dr. Guilherme Rodrigues Monteiro Mendes; o Secretário Municipal de Justiça, Dr. Anderson Pomini; o Procurador Geral do Município, Dr. Ricardo Ferrari Nogueira.

A fórmula com que a gente imaginou realizar a nossa audiência pública não é muito diferente da tradicional, mas ela leva um tempo um pouco maior na apresentação dos conceitos que nos conduziram a montar o PL 1, que foi apresentado no dia 1º de janeiro, depois de um período de quase dois anos de estudos dentro do gabinete.

Nós gastaremos os primeiros 20 minutos nessa apresentação que vou dividir com a equipe, assim o Alexandre Gomes e o Fabiano Griso também participarão, de forma a apresentarmos três dimensões, os conceitos que utilizamos para chegar à apresentação do projeto: primeiro, vou fazer um breve relato da tramitação até agora; segundo, a gente vai apresentar os conceitos que orientaram a apresentação do projeto; depois, a gente vai apresentar formalmente como o projeto de lei foi e está estruturado nesta fase.

Depois, a gente vai apresentar para vocês, também, todas as atividades complementares à legislação. Esse talvez seja o primeiro projeto de lei em que a gente testa a execução da lei no curso da tramitação legislativa.

Diferentemente do que acontece com o arcabouço legal no País que é depois que

se tem o projeto aprovado, se identifica a capacidade que ele tem de aderência à sociedade, portanto, a produção legislativa produz o efeito de justiça, o que a gente está fazendo aqui é utilizar de maratonas junto a desenvolvedores *hackers* para testar o ambiente legal que estamos oferecendo à Cidade.

Lembrando que parte do arcabouço que a gente traz, por ser abertura de dados, abertura de *big data*, ele permite a um conjunto de atores que até então não praticava o controle e, portanto, o combate à prevenção da corrupção, que passe a existir.

A gente utilizou para isso um conceito já antigo no setor privado. Os setores financeiro e bancário utilizam muito da tecnologia para combater fraudes. No setor público, a fraude é interpretada como ato lesivo e de corrupção. Portanto, a gente foi se inspirar um pouco em setores da sociedade que já utilizaram tecnologia para isso. Então o que vou apresentar para vocês nessa abertura é um pouco isso.

O projeto foi apresentado no dia 1º de janeiro, junto com a posse do Prefeito e dos Parlamentares. A gente solicitou à Casa que o relógio do Plenário fosse aberto, não é uma tradição, normalmente o relógio do Plenário só abre no dia 1º de fevereiro, quando começam as atividades legislativas, em função de o mês de janeiro ser mês de recesso Parlamentar.

Ainda, no final do ano passado, fiz uma solicitação formal à Mesa Diretora da Câmara e à Secretaria Geral Parlamentar que tínhamos o desejo, porque estávamos em fase final de elaboração, de apresentação do projeto no dia 1º de janeiro. Foi isso que a gente fez.

No dia 1º de janeiro, o único projeto protocolado para isso foi o projeto que organiza a política municipal de prevenção e combate à corrupção, que foi distribuído para três comissões: Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa; de Administração Pública e de Finanças e Orçamento.

O projeto é de competência do Plenário, portanto, precisa obrigatoriamente de quórum de maioria absoluta para sua deliberação. O projeto não solicita audiência pública, ele não tem dentro da sua norma regimental para sua tramitação a realização de audiência

pública, mas nós reconhecemos que ele precisava não só de audiências públicas, como debates públicos, como exercícios em torno dele para que a lei tivesse aderência prática da Administração.

Esses foram dois elementos, por isso, uma prática do gabinete de levar a legislação para ser testada como uma prática de realizar os debates em audiências públicas, como a gente realiza no dia de hoje.

O texto original foi aprovado em primeira votação, portanto, teve a sua admissibilidade no dia 29-03-2017. A primeira fase de tramitação legislativa contou com a aprovação de um parecer favorável, votado por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, ainda no dia 15 de março; depois, uma aprovação no Plenário, no dia 29 do mesmo mês.

Então essa foi a primeira tramitação do processo legislativo, estamos na segunda fase de tramitação, que é a instrução para a segunda votação.

Então vou rapidamente apresentar para vocês os conceitos que nortearam o nosso projeto: PL 01, organiza a política, como falei para vocês. Próximo *slide*.

A gente traz uma frase do Spinozza, para entender o que é esse tratado político que define alguns quadros da sociedade, para ter a responsabilidade de guarda e execução daquilo que é coletivo. Isso envolve recursos da sociedade.

Então o que a gente traz aqui é essa relação da lealdade com o compromisso ético. Então o quanto, há um compromisso ético na execução das políticas públicas, porque ele envolve sim um reequilíbrio a partir da captura de valores que a sociedade tem, a partir de investimentos que se realizam com recursos da sociedade para o bem dela.

Então o Spinozza, no tratado político, consegue apontar essa essência em que aqueles que vão cumprir função pública e na sua investidura têm de ter uma obrigatoriedade de abertura do que realiza para controle da sociedade.

Aqui estamos dizendo de um espírito público revelado que é testado a todo dia pela

sociedade, sem se constranger. Se há algo fundamental na percepção de quem atua no setor público é que o controle da sociedade não deve sugerir a este agente público um constrangimento. É absolutamente natural que o agente público seja controlado pela sociedade e ele tem de se sentir maior por esse controle, não menor.

Talvez umas das grandes dificuldades que a gente atravessa hoje é que as pessoas, em especial aqueles que ainda não compreenderam a sua responsabilidade pública, se sentem menores ao serem controlados. Só é controlado aquele que tem um volume de responsabilidade maior do que o sujeito individualmente. Se ele tem uma responsabilidade maior, obrigatoriamente, requer a ele um controle dos seus atos. Isso não o diminui. Porque se ele tem uma responsabilidade maior, essa responsabilidade maior já deu a ele o compromisso e o espírito público revelado, portanto, o controle é obrigatório.

Essa é a premissa básica, o agente público tem de estar aberto ao controle, porque a ele foi entregue uma responsabilidade de conduzir parte da sociedade.

Sempre é bom lembrar que temos hoje $\frac{1}{3}$ do produto interno bruto sendo decidido exclusivamente por agentes públicos. Tem outro terço de decisões que são tomadas pelos agentes públicos que importam diretamente no sucesso e no insucesso do setor privado: são as autorizações para construção, para instalação, são as autorizações de Anvisa.

Então quando a gente observa o que acontece na sociedade moderna, na nossa sociedade contemporânea - para ser mais preciso - $\frac{2}{3}$ das decisões públicas importam no sucesso da atividade privada. Portanto, esse agente público, tomador de decisão, tem por obrigação ser absolutamente controlado, porque é desse controle que se garante equilíbrio nas relações econômicas. Foi isso que a gente tratou um pouco no nosso projeto. Próximo *slide*.

Aqui a gente traz quais são as prioridades. Todas as vezes que se vai trabalhar um texto legislativo se tem de saber para quem, para quê e como. Senão não tem muito sentido. Não é novidade para ninguém que os esforços de prevenção e combate à corrupção vêm acontecendo em diversas ordens, mas eles não estão organizados.

É muito preocupante imaginar que passaremos, um próximo período, em que nos obrigará a produção de juízes em larga escala para sentenciar o agente público que não conseguiu ser controlado. Para a gente entender um pouco isso: aqui estamos falando de regras de controle interno, estamos falando de como a burocracia não precisa produzir tempos ou custos maiores para ser mais eficiente.

Parte do nosso controle, para muitos, sugere burocracia maior e custos mais elevados. Todo o conceito trazido no projeto é de redução da burocracia, dos custos e ampliação do controle. Historicamente, a gente utiliza exclusivamente métodos de procedimentos para controle. Aqui a gente está usando muito arcabouço tecnológico para fazer esse controle, portanto estamos indo para um universo ainda não utilizado pelo setor público.

O setor público continua utilizando métodos e procedimentos de transferência de responsabilidades na questão do controle interno. Lembrando que o controle interno no setor público sempre foi exercido pela chefia, portanto, nem sempre foram métodos e procedimentos, é a chefia controlando o seu liderado.

A gente traz primeiro, o conceito da transparência do ato público. Quanto mais se oferece informação à sociedade, maior a capacidade desse controle. Então o primeiro conceito clássico é o conceito da transparência.

Segundo, a *contability*. Aqui a gente está trabalhando com conceito moderno, que já vem sendo utilizado no mundo e que trabalha com esse controle social. O quanto eu consigo tornar público o modelo e este modelo é de um controle social objetivo. Portanto, é ator do controle a sociedade. É ator do controle a sociedade.

Benchmarking, aqui também não tem nenhuma inovação. Hoje, é possível interpretar nas práticas da sociedade, são práticas corriqueiras, de compras de serviços e produtos, a utilização de comparação de preços. Talvez os sistemas, os portais, que mais lucraram no mundo, lucraram reduzindo custos. O incrível é que só o setor público ainda não conseguiu utilizar a tecnologia para reduzir os seus custos.

Faço aqui um pequeno parênteses: qualquer compra que o setor público faz, neste momento, para bilhete aéreo e hospedagem, ele paga no mínimo duas vezes e meia, três vezes, o que a sociedade está pagando, porque usa os métodos e procedimentos de uma compra envelhecida, enquanto que a sociedade utiliza uma compra remota, com velocidade, a partir dos mecanismos digitais.

Então é possível que, neste momento, um bilhete aéreo esteja sendo comprado por diversas prefeituras do Brasil inteiro, pagando três vezes o valor médio que o cidadão está comprando. É legal, é lícito e só pode ser feito assim. Então tem alguma coisa errada.

Então aqui é para dar uma dos pequenos exemplos do que o *benchmarking*, na compra, inclusive, com a participação do consumidor privado. O consumidor privado ensinando o setor público quais são os modelos de melhores práticas para compras.

É fácil a gente interpretar outro movimento. A cidade de São Paulo gastou, no ano passado, coisa da ordem de 150 milhões de reais no transporte dos seus executivos. Se nos esforçarmos para entender o quanto isso já se alterou no setor privado, a gente vai reconhecer que a prática empresarial do setor privado já reduziu esse custo a $\frac{1}{3}$.

Portanto, qualquer empresa que, no passado, contratava da mesma forma um carro com motorista para a sua alta cúpula da administração ela já não faz mais isso há, pelo menos 10 anos, e reduziu em $\frac{1}{3}$ os seus custos. O setor público, no Brasil, continua utilizando o mesmo mecanismo.

Aqui é para a gente ir entendendo por que a gente trabalha com esses conceitos, porque eles vão fechando a oportunidade de uma contratação irresponsável seja pela orientação ética, seja pela economicidade. Aqui a gente está trabalhando com as duas questões.

A questão do *enforcement*, a força da lei tem que ser sentida pelo agente público, mas ela tem de ser muito mais sentida pela sociedade, falando de punições severas e precisas. O ato do punir tira um ambiente muito presente, no Brasil, que é a impunidade. Muitas

vezes reforça a prática ilegal, reforça a prática corrupta. Ela tem de ser célere, desde o afastamento até a punição tem de ser muito rápido, sempre permitindo de maneira larga a defesa daquele agente público. Seja agente público temporal, seja agente público definitivo pelo seu concurso público.

Para eles, a lei tem de estar muito clara, o sistema de avaliação e controle muito claros, assim como o sistema punitivo. Portanto, há de se realizar uma atualização dos nossos instrumentos estatutários. O Estatuto do Servidor tem de ganhar uma nova escala também e isso é proposto dentro do substitutivo já apresentado.

Mecanismo de coleta e processamento de denúncias. Aqui é outra questão importante, porque a gente vive também no período do denunciamento. Da mesma forma que se é obrigado a um controle muito severo, os famosos *fake news* também são muito presentes na nossa sociedade e nestes tempos. Separar o que é produção de matéria para prejudicar, daquilo é matéria real, talvez seja algo fundamental dentro desse processo.

Então a gente está falando dos mecanismos de coleta e processamento de denúncias são fundamentais, até para afastar ondas de denunciamento que não nos levam ao controle real, porque, muitas vezes, tornam turva a capacidade de controle do Estado. Aqui é muito importante isso, porque senão conseguirmos lapidar o que é o processo de controle, a gente corre o risco de ser dragado por um processo de falso moralismo que não nos levará a lugar nenhum. Então esse é um dos elementos fundamentais.

A gente trabalhou com uma revisão ampla do arcabouço que nos trouxe até aqui. Temos muitas leis que vão controlando, mas pouco se dialogou uma com a outra. Então aqui há uma consolidação pretendida pela nossa ação.

Processos de licenciamento, a garantia de decisões colegiadas segundo padrões objetivos. Então aqui a gente tem também um regime muito objetivo de tomada de decisão. Se é verdade que se tem controle, é verdade também que esse controle tem de ter algum regime que permita à sociedade enxergar o tomador de decisão um conjunto de informações que a ele

foi oferecido.

É quase entregar na mão do tomador de decisão pública um conjunto de informações que a sociedade também tem, porque, a partir desse momento, a decisão tomada por ele seria a decisão tomada pela sociedade. Portanto, afastando riscos de contestações ou de falsas interpretações daquela decisão.

Então há algo importante que é tornar público o arcabouço de informações que chega ao tomador de decisão, porque isso fortalece a decisão tomada, já que faz com que a sociedade o acompanhe na tomada de decisão.

Melhorar as condições de trabalho, de recrutamento, de remuneração. Então aqui estamos trabalhando também com conceitos mais modernos na questão de como reconhecer à evolução dos quadros funcionais. Uma questão que não foge de todo esse arcabouço é que estamos diante de uma reforma da forma de como a política é exercida pra dentro da estrutura pública. Há de se compreender que essa inovação, em que se tiram apenas métodos e procedimentos e se coloca na decisão à sociedade, vem a partir da leitura da norte-americana, Susanna Rose, com elementos fundamentais. Quis então percorrer um pouco onde o projeto começa a sua inovação, em qual fonte a nossa equipe foi beber pra que pudéssemos, ao avançar para o próximo *slide*, falar sobre o que nós tentamos e, depois disso, passar pra que o Alexandre possa nos brindar com sua apresentação.

O que então vamos apresentar a vocês? Algo que é a nossa pretensão, e aqui temos uma pretensão absolutamente ambiciosa, e não é ambição no trato da coisa pública, mas é só com ambição mesmo que nós podemos devolver algo muito melhor pra sociedade. Queremos ter então um arcabouço legal muito objetivo, queremos ter um equilíbrio forte entre a expertise e a participação popular nas decisões colegiadas.

Aqui nós falaremos da base do conhecimento comum, temos muito do conhecimento técnico e científico nos abastecendo, mas temos também a leitura leiga, popular também nos oferecendo à sua capacidade de análise. Então muito é o equilíbrio, e a

sociedade, às vezes, não se vê contemplada com uma decisão pública porque ali ela não se enxerga. Isso é importante, pois não podemos afastar a burocracia técnica, que estudou pra isso, da tomada de decisão porque quando a afastamos tornamos vulnerável a decisão técnica da vontade popular.

Essa questão é importante, nós estamos vivendo muito tudo isso quanto às tomadas de decisão do Judiciário. Por exemplo, quanto à reintegração de posse, muitas vezes absolutamente necessárias, que seguem o rigor da lei, mas que ao não permitir que a sociedade esteja mais presente para compreender cada um dos passos a serem tomados, ela reage com a decisão.

Estamos falando de um movimento bem mais moderno em relação à legislação, que é ter o controle automático tanto quanto for possível. Aqui estamos falando da capacidade de utilização de uma inteligência artificial para exercer os controles. Por isso estamos falando em tornar os controles muito mais baratos, tornar a burocracia mais barata porque a legislação que queremos apresentar a vocês permite controles automáticos – tanto quanto possível -, que nos fará ingressar numa modernidade já utilizada pelo setor privado quanto ao combate à corrupção que, no caso, lá é tratada como fraude e nós aqui estamos tentando trazer para o setor público.

Nós, no período de estudos e investigações, não encontramos no Brasil algo similar. Acabamos por encontrar regras no Velho Continente e no Novo Continente – na Europa e nos Estados Unidos estão trabalhando com conceitos similares. Lógico, muito do que vamos apresentar a vocês pode parecer obvio, mas não é ainda um processo obvio para a lei. Quando falamos: ah, hoje estamos pagando duas, três vezes mais caro o bilhete aéreo do que a sociedade, até podem dizer: isso é impossível! Não, essa é uma obrigação em lei, qualquer agente público que for comprar bilhete aéreo, comprar uma hospedagem, vai comprar via agencia que ganhou uma licitação em cima de uma tabela cheia quanto ao aéreo e quanto às hospedagens, e podem dizer: vou cobrar 0,5% do valor da tabela ou aplicar um deflator, vou

cobrar 97% da tabela, que é oferecido pelas empresas, e você apresenta a tabela. Mas todos sabem que hoje ninguém pratica tabela cheia, nem na venda de bilhetes nem nas hospedagens. Mas como esse modelo advém do nosso sistema licitatório, é assim que nós continuamos.

Estamos falando aqui de uma mudança bastante radical pra fazer o real público quando gasto, que tenha a mesma perspectiva do cidadão quando gasta o real privado. Quando o seu real vai ser gasto, você faz um esforço hercúleo pra comprar o que de melhor custo-benefício se impõe a ele. Ainda não conseguimos esse equilíbrio com o real público. Normalmente, o setor privado compra com melhor eficiência e controle do que o setor público. Aqui estamos trazendo um pouco desses dois ambientes.

Vou abrir às inscrições. Vou pedir ao Alexandre para assumir, vou sentar com vocês para que o Alexandre nos faça uma apresentação do que foi a construção do texto na primeira fase, de como foram os debates com a Controladoria, com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, o que nos levou ao texto que já está aqui, e vamos fazer questão de que chegue às mãos de vocês. Foi publicado há um mês e meio, há dois meses. Já temos um texto que é a evolução do primeiro texto. Fizemos questão de que fosse publicado em *Diário Oficial*, está aberto à sociedade a evolução da primeira para a segunda fase, e da primeira para a segunda já houve uma evolução. Estamos fazendo essa discussão com vocês, nós queremos buscar a última evolução para a deliberação.

O Alexandre vai fazer a passagem do texto da primeira para a segunda fase, e quando terminar, voltarei pra Mesa para apresentar os exercícios que realizamos durante o ano. Foram quatro ou cinco, e faço questão de mostrar a vocês com o auxílio do Fabiano. E quando terminar a apresentação dos exercícios, nós voltamos ao debate aí com a participação de vocês para testarmos um pouco do que nós escrevemos e recebermos as ofertas, as sugestões de vocês.

Alexandre, é com você.

O SR. ALEXANDRE GOMES – Bom dia. O texto que nós apresentamos agora, que foi publicado, não é produção só nossa, é produto da interação do mandato com outros atores, principalmente com a Controladoria, temos de dividir os méritos com a Controladoria porque acrescentaram muitas coisas, corrigiram, apontaram problemas e soluções. Há uma participação grande da equipe técnica da Controladoria.

O primeiro passo, embora não pareça, há muita coisa, há muita legislação para o combate à corrupção no País, há muita. Só que, em muitos casos, só se aplica no Federal, e em muitos casos são decretos. A gente acha ruim que qualquer coisa desse tipo esteja em decreto porque decreto não é política de Estado. Basta uma assinatura pra ser derrubado, não é um marco regulatório sólido, é instável. Não que uma lei não possa ser mudada, mas o processo de mudar uma lei exige um processo muito maior, é muito mais delicado.

Há várias fontes, inclusive há algumas leis que não estão aí porque não foram aprovadas. Por exemplo, o pacote anticorrupção da Dilma tem algumas coisas interessantes, mas não chegou a ser votado. E há fontes que estão em vigor. A ideia foi consolidar, pegar a legislação federal trazer para a legislação municipal, regulamentar o que era preciso, e dar um passinho à frente, pensando em estabelecer regras mais objetivas.

Vou ser rápido, o Vereador já falou bastante desses pontos, explicou cada um deles, mas a hierarquia, os focos do projeto são esses. 1º - Transparência, ou seja, mostrar ao máximo o que está acontecendo, o que o poder público está fazendo partindo da ideia de que o que está sendo visto, o que está à vista de todos, a chance de ser feita alguma coisa errada, malfeita é menor partindo do princípio da frase do Spinoza: não é só uma questão moral, mas uma questão estrutural, institucional. 2º - Controle Social. Se há mais coisas que estão fazendo sendo vistas, mais gente vendo - Imprensa, organizações da sociedade civil, órgãos colegiados de controle – é controle, é mais gente olhando. 3º - Dar processo mais inteligente nas compras de produtos e serviços. 4º - Melhorar algumas práticas de licitação dentro daquilo que a lei permite, e fazer com que esse processo avance.

Outra coisa, e aí é uma fronteira, uma fronteira não muito clara: uma coisa malfeita, um serviço mal prestado é também corrupção ou não? Tecnicamente, contraria o princípio de economicidade, de eficiência. Corrupção não é só: eu fui lá, era pra construir uma ponte, gastei o preço de duas pontes, *botei* uma no bolso. Gastou-se o valor de duas pontes por incompetência, por falta de habilidade técnica, então não deixa de ser corrupção essa falta de economicidade. Estamos aproximando a noção de economicidade e eficiência desse processo, achamos que tem de estar junto, também isso tem de ser evitado.

Muitas vezes, o poder público tem a capacidade, tudo que é estrutural, físico tem de fazer uma obra, por exemplo, um posto de saúde. Ele consegue construir relativamente bem, há padrões relativamente técnicos, mas não consegue fazer funcionar. A gente então acaba focando só no aspecto da estrutura física e não na qualidade do serviço em si.

Outro ponto, que é assunto que ganhou muita evidência na CPI dos grandes devedores, é a questão do conflito de interesses. Essa questão precisa ter regras mais claras. Quando se votou os projetos do Fundo Municipal de Desestatização, das empresas que vão cuidar da desestatização, o Police teve a grande preocupação de colocar travas, quarentenas, limitações de acesso aos cargos para que ficasse mais claro. Antes de a lei entrar em vigor, está se pensando em tentar colocar mecanismos já naquilo que está sendo votado, naquilo que está sendo discutido. Mas a questão do conflito de interesse é um dos grandes saltos que temos de dar em termos de cultura política do País. A gente vem de uma cultura coronelista, patrimonialista em que se confunde o público com o privado, isso está muito arraigado. Ah, o *cara* fez tal coisa, mas foi com o dinheiro dele! Essa é uma questão complexa que precisa estar mais bem balizada. Acho que esse é dos grandes desafios sobre os quais temos de começar a pensar. A lei tem de dar contribuição, começar a estabelecer parâmetros principalmente com base no estatuto dos servidores da alta administração federal e estadual. Agora, em termos do município estamos ainda no nível de decreto, e achamos que tem de ser trazido para uma legislação permanente.

Sobre a agilidade e averiguação, o Police falou bastante. Acho que a questão é conseguir fazer com que as pessoas sintam que há resposta para aquilo que falam porque há um desalento quando você não vê a coisa andando, não vê nada acontecer. Não significa punir alguém inocente pra agradar ao público, mas é também dar transparência ao processo.

A redução de gastos com supérfluos tem a importância do exemplo, de mostrar que alguma coisa está sendo feita e também quanto ao aspecto da mudança na cultura do carro, do celular, da viagem. No conjunto, o montante talvez não seja tão expressivo em comparação com o Orçamento da Cidade, mas tem a importância no sentido de dar uma resposta concreta à sociedade, dar exemplo de que o poder público está fazendo a sua parte. Finalmente, é o aspecto de quebrar a fronteira entre o que é público e o privado. A pessoa não pode viver vida de nababo a custa do poder público.

Transparência: aqui estão os seus fundamentos. Todos os dados devem ser disponibilizados, independentemente de solicitação. Os dados disponibilizados devem ser legíveis tanto por máquina quanto por pessoa. Se alguém vai olhar tem de conseguir entender o que está lá e também se eu quiser processar usando algoritmos pra controlar a conformidade dos processos, eu consigo.

Depois o Fabi vai mostrar um dos programas desenvolvidos que foi premiado com o segundo lugar no *Hack in Sampa*, porque fez algo que ninguém conseguiria fazer, uma pessoa não conseguiria fazer, examinar milhares e milhares e milhares de editais à procura de discrepâncias significativas, só o que estava acima de 20% do valor por um mesmo serviço, por serviço similar. E ele achou quase 4 bilhões, entre ano passado e este ano. Tudo isso é roubo? Não, com certeza não, mas muito disso é ineficiência, é falta de economicidade, é falta de inteligência no processo. Dá pra pegar esses 4 bilhões que o algoritmo achou, isso a gente conseguiria evitar? Não, mas numa massa enorme de centenas de milhares de licitações, ele conseguiu achar 5 mil: olha, nessas aqui há algum problema que merece ser examinado. Passou a dar então um montante razoável pra que uma pessoa possa examinar.

O próximo ponto é que o formato deve ter uma padronização pra poder ser lido pelos dois, e que possam ser desenvolvidas ferramentas pra ele de iniciativa da sociedade.

No ponto de vista da estratégia, não basta jogar uma montanha de dados, você quer saber o que acontece? Está aqui! Te dou uma sala de papéis, cena de CPI, carregando caixas e caixas de papel, e não significa nada disponibilizar esses dados se não consigo algum mecanismo que faça uma sinalização: *bota* uma luzinha vermelha, aqui precisa olhar, tem alguma coisa estranha, um procedimento que pode facilmente ser feito por algoritmos de programa de computador. Em alguns casos é necessário alguma tradução. Só não podemos mistificar muito, todo mundo vai lá, tudo quanto é audiência que a gente vai: não, precisa estar em linguagem acessível e tal. É verdade, muitas vezes a lei é escrita de forma propositalmente confusa, agora não podemos mistificar porque, às vezes, determinado tema tem o sentido preciso e precisa ter. Não dá pra substituir por um negócio mais próximo, dizer que é igual a tal coisa. Às vezes, é preciso um termo preciso. Agora, não significa que não possa, não deva ser traduzido para uma linguagem comum que as pessoas entendam.

Aqui estão às diretrizes gerais da Transparência, a publicação de tudo.

Também está aqui um assunto que está em evidência, nos últimos dias, a publicação dos dados no *site* da Prefeitura, a disponibilização das informações de forma inteligível, apropriável para o cidadão, sistematizada.

Outra coisa em processo de edição e que, talvez, consigamos incorporar no projeto a ideia de *blockchain*, de se ter um registro de tudo que acontece e que seja permanente, que possa ser examinado a todo o momento. Hoje acontece assim, hoje a coisa some, às vezes some da Prefeitura ou às vezes quem pagou tem lá a nota, o bilhete, a fatura bancária paga e o dinheiro nunca chegou ao cofre da Prefeitura, isso acontece. Ou ninguém sabe que recebeu, como recebeu ou um processo simplesmente some ou some uma página ou muda alguma coisa. Então é preciso que haja registro mais eficiente dessas coisas, inclusive de qualquer alteração que se faça. Nesse sentido o papel, o problema dele não é só ambiental, o problema

é que ele também some, desaparece. Ele pode ser alterado, sem deixar registro.

Por último é aquilo em que estamos batendo há muito tempo. Não adianta disponibilizar sem estabelecer um indicador, uma medida: isso está bom ou tá ruim?

Hoje a gente não sabe, na verdade. A gente tem uma intuição, desconfia quando é uma coisa boa ou ruim. Mas até para saber se uma coisa está cara ou barata, a gente fica na dúvida; e se o serviço é bem feito ou mal feito.

Esse primeiro ponto, do controle social, faz par com a transparência. Embora a gente busca, na transparência, disponibilizar os dados, fazer o máximo possível de controles automáticos, a transparência só consegue funcionar se ela tiver o seu par, que é controle social.

Você tem hoje muitos mecanismos de controle social, vários conselhos *etc.*. Mas até que ponto eles conseguem cumprir o seu papel de controlar, de fiscalizar? De botar o olho lá não para dizer “Eu acho ruim”, “Eu acho bom”, “Eu acho bem feito”, “Eu acho mal feito”; é tirar o “acho” da história. Porque achar, qualquer um pode achar qualquer coisa. A questão é buscar o entendimento, um conhecimento a respeito daquilo, que te dê uma informação objetiva. O grande problema da legislação é este: a legislação precisaria ser, o máximo possível, objetiva. Vamos deixa-la 99% objetiva e 1% para aquele caso que não adianta, que tem que uma pessoa resolve. Hoje é ao contrário: boa parte das decisões é tomada de forma arbitrária, você pode tomar a decisão que você quiser. Isso também é uma brecha para corrupção.

Como você controla isso? Precisa ter um público diverso, qualificado. O que é esse público diverso? O primeiro ponto, com certeza, são aqueles que participam de qualquer colegiado público. Deveriam ser capazes de entender os dados pelo menos da sua área, da sua região, ser capazes de usar ferramentas. Não precisa ser um técnico para entender tudo, mas de usar ferramentas para ajudar no seu trabalho, para avaliar aquilo que ele tem a responsabilidade de julgar. Eu até brinco: depois que aquele aplicativo vasculhou os editais, ele

fez 95% do trabalho que precisa ser feito por máquinas. Agora, precisa ter pessoas para fazer os 5% restantes.

Acabei abordando também o segundo ponto. Quando falo de se gerar engajamento, é a gente sair da coisa da revolta e partir para construir alguma coisa positiva. A gente vê, por exemplo, o Conselho Participativo, na maior parte das subprefeituras, ele nem conseguiu chegar ao número de candidatos suficientes para as vagas - vão sobrar vagas -, o que demonstra certo desânimo. As pessoas desistiram um pouco daquilo, deixaram de dar importância àquilo.

O último ponto tem muito a ver lá com aquela coisa do início, de quando a gente começou a conversar e discutir essas coisas.

A gente fala muito, a gente gosta muito de usar o exemplo dos Estados Unidos, ou de criticar quem usa o exemplo dos Estados Unidos dizendo que é síndrome de vira lata, a grande diferença que você tem, ao menos na administração local, dos Estados Unidos, para cá? Quase todas as decisões lá são tomadas pela comunidade, onde vai aplicar recursos, o que vai construir, qual será a verba da escola? Quando você chega nesse debate, nessa coisa que está muito ligada à vida do dia-a-dia que objetiva, é muito mais fácil chegar a um consenso, resolver problemas. Enquanto que você fica discutindo só lá em cima, nas grandes coisas gerais, você cria muita confusão. Mas quando você está tratando das coisas concretas do seu dia-a-dia você consegue esse consenso, consegue ter um olhar mais claro sobre a questão. Esse é um pouco do espírito da materialidade e contexto para os dados. Não sei lá uma cifra do meio do orçamento, mas seu posto de saúde da rua da sua casa.

Um dos grandes desafios, uma das coisas que mais quebramos a cabeça, para equacionar nesse projeto, foi a questão das licitações. Você tem uma trava muito bem definida que é a lei das licitações, uma lei ruim, antiga, e que acaba não cumprindo a função, fazendo a função contrária dela. Ela acaba fazendo com que compre mais caro, como o nobre Vereador falou, bastante, com muitos exemplos. Como conseguir mudar isso dentro dos limites da lei,

sem mudar lei, porque é uma Lei Federal, não está em nosso poder alterá-la, mas dentro desses limites que ela dá, dá mais inteligência para isso. Muitas das coisas, claro, não depende só da lei, depende da iniciativa de quem está decidindo, depende da compreensão de quem está decidindo fazer a opção pelo processo “a” “b” ou “c” ou incorporar essas coisas nos seus procedimentos. Primeiro, é necessário e urgente, porque os cofres públicos não aguentam mais essa falta de eficiência. Segundo, também é urgente. Porque se pretende ser capaz de realizar alguma coisa, precisa pensar em formas novas de resolver isso. Podemos ver que pequenos avanços que tivemos nos últimos anos, já andaram décadas nesse procedimento, é caso, por exemplo, do pregão eletrônico, é o caso das atas de registros de preços, embora sejam, muitas vezes mal utilizadas, mas elas também já deram um pouco mais de agilidade nesse processo, e também a mesma coisa. O sistema tem de ser capaz de apontar aquilo que está estranho, o sistema tem de dar um referencial do preço de mercado, do preço que agente privado está comprado, e temos de pensar. É uma questão de lógica. Lógica clara. A Cidade de São Paulo é um, com certeza, o maior consumidor do País depois de Estado e Nação, então aquilo que ela compra deveria ser mais barato deveria ser mais barato, porque ela não compra uma resma de papel na papelaria, ela compra dois trilhões de resmas ppr ano, então ela deveria ter essa vantagem,

Redução de gastos supérfluos têm várias coisas que a lei está limitando. Curiosamente uma das coisas que deu inicio, a gente começar a pensar, foi alguém que chegou e falou: puxa, vocês deveriam colocar GPS no carro oficial, para saber como é usado. E daí a partir dessa reflexão fomos, aumentando, aumentando, até chegar nessa lei. Por viagem de diárias, tudo bem, hoje você tem um relatório, mas o relatório não é público, não sei se a pessoa foi lá, se aquilo foi relevante mesmo. Então vou lá apresento o relatório para o meu chefe: Ah, tá bom! Ok. A gente acha que não. Serve a sua relevante. O relatório tem de ser publicado. O que a pessoa trouxe, já que ela foi paga pelos serviço público, é uma coisa de informação publica, salvo casos muito específicos que estão ai na lei.

Pensamos na questão do compliance publico. As empresas estão avançando muito em termos de compliance nos últimos anos, principalmente depois da lava-jato, mas não conseguimos ainda, do lado público, cumprir três desafios: primeiro, afirmar para as empresas que estão em busca do compliance, qual o comportamento que elas devem ter na relação com o Poder Público, para que elas sejam consideradas em conformidade e o segundo compliance. Segundo ponto, compliance das empresas públicas, empresas de economia mista, que deveria ser mais próxima daquele do mercado e o terceiro as ações que o agente público deve tomar para responder essa necessidade de compliance. E por fim, aquilo que é obrigação dele mesmo de divulgar agenda, divulgar documentos recebidos, e a questão das quarentenas que já falamos.

Regras de conflitos de interesse. Não é nossa a definição tirando um, ou outro ponto, estamos trazendo decreto municipal para a Legislação.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer o Alexandre, já chamar o Fabiano, que irá nos ajudar. Ele vai fazer apresentação de alguns vídeos e vai tentar contextualizar o que foi o esforço já de arcabouço tecnológico, o que a legislação vem sendo testada, a medida que a gente chama desenvolvedores para experimentar o que temos à nossa disposição. Estamos pegando o big datas que estão disponível e estamos testando isso em algumas maratonas. Vamos mostrar duas maratonas realizadas, a Maratona de São Paulo e a de Campinas, já convidar aqueles que estão nos acompanhando que iremos fazer uma Maratona em Santos, nos dias 2 e 3 de dezembro, e também vai falar um pouco da repercussão. Aqui, como falamos um pouco de engajamento, vamos mostrar o que está sendo possível produzir nas maratonas e a repercussão que essas maratonas tem dado nesses territórios.

Com a palavra o Sr. Fabiano.

O SR. FABIANO - Bom dia a todos. Vou mostrar dois vídeos separados. Um é da primeira fase do Rock Sampa que fizemos aqui na Câmara em julho e depois a final, tivemos

60 pessoas participando, foram 11 grupos, desses 11 grupos, cinco foram classificados para a final e apresentaram as ferramentas, desenvolvemos essa maratona pensando em obter ferramentas para ajudar no controle e no combate da corrupção.

Reunimos 60 desenvolvedores aqui no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo, passamos dois dias, sábado e domingo, com eles, e propomos o desafio deles desenvolver ferramentas usando a ideia do projeto, do combate, controle dos gastos públicos e no final desse dois dias, apresentaram, fizeram uma apresentação do projeto, desenvolveram alguns foram sites, outros foram ferramentas. Cada um usando um tipo específico de tecnologia e chegaram em alguns produtos que foram muito legais. Queria mostrar a repercussão, mas acredito que irá ficar meio sem sentido se a gente não tiver o som do vídeo. Mas saiu em todos os Portais. Foi a terceira Hackaton público que teve aqui em São Paulo e saiu em todos os portais, Globo, Bandeirantes, SBT.

Vamos assistir os vídeos.

- Apresentação de vídeo.

O SR. FABIANO – Vou passar os outros vídeos, depois abro os sites que foram vencedores dessa etapa aqui de São Paulo. Como o projeto foi inspiração para varias outras cidades do Estado que acabou levando, tanto projeto de lei, quanto a maratona de desenvolvimento para outras cidades e acabou que acabou tendo uma boa resposta nas outras cidades também, a segunda maratona foi em Campinas.

- Apresentação de vídeo.

- Continuação de apresentação vídeo.

O SR. FABIANO - E agora vou mostrar os dois sites que acabamos premiando em São Paulo. Um é o extratopublico.com.br, que na verdade foi o segundo colocado da maratona de São Paulo. Comparava as licitações, pegava todos os dados das licitações, se o objeto de contratação era 95% semelhante, já agrupava e aí via a diferença de valor e se fosse maior do que 20%, já calculava a diferença de tempo. Então colocava a inflação em cima para ter o

comparativo exato. E acho 3,8 bilhões de diferença de preços.

Para mostrar rapidinho, se clicar ali na parte de licitações... Vou pedir desculpas porque a nossa internet está meio lenta hoje. Mas aqui se faz um filtro tanto por fornecedor ou por secretaria, mostra dessa maneira. E quando tem a licitação com alguma suspeita mostra em vermelho. São por linhas, acho que não dá para ver direito, e cada linha é se tem a mesma contratação com diferença de preço de 20% a mais, mostra em vermelho e já calcula como uma licitação suspeita. Podemos usar esse dado de várias maneiras. Podemos pedir uma investigação, por isso que o próprio nome do site é suspeitando, porque já tem essa premissa.

O outro que foi o primeiro colocado, todos nós do gabinete achamos, inclusive, que era o mais legal na questão de fiscalizar. Mas o outro que foi o primeiro colocado porque na verdade a banca de jurados é composta por gente da sociedade, trouxemos empresários, tal. E eles acharam mais palpável mostrar uma coisa mais próxima da gente, que é o gasto dos Vereadores. Eles conseguiram atualizar, se não me engano, só até fevereiro ou abril, alguma coisa desse tipo, porque os dados ainda não estavam disponíveis no formato que podiam usar. E mostra em gráficos as despesas. Se você descer um pouco mais vai mostrar o gráfico dos Vereadores.

Então aqui mostra o gasto de cada Vereador, como alguns devem saber, outros não, cada Vereador tem um valor "X", que não lembro exatamente agora, 200 e pouco, alguma coisa desse tipo, por mês. São 23 mil por mês que pode utilizar com custo de gasolina, correio e etc. E que mostra quem gastou, não dá para enxergar direito porque tem os nomes aqui embaixo, mas passando a seta dá para identificar quem gastou mais, quem gastou menos. E se clicar no Vereador, mostra aqui embaixo nesse quadrado objeto de custo o que o Vereador mais gastou. Então, essa cara gasta muito combustível, gasta muito com correio, com internet ou com alguma outra coisa. E ali dá por CNPJ e mostra: por que esse cara está contratando tanto só essa empresa. Acabamos achando esse tipo de suspeita. Podemos filtrar ali também por departamento da Câmara, por custo, então o que ele gastou, material de escritório,

combustível, tal. Pode filtrar por fornecedor, por CNPJ, etc.

Durante o final de semana, aqui na Câmara, começaram a ver essas informações e acharam, por exemplo, um CNPJ qualquer e foram procurar no Google o endereço da empresa e simplesmente era a porta de uma comunidade. Uma porta de madeira e uma casa de madeira. O cara tinha uma empresa que faturava 30 mil, não sei quantos mil. E aí só nisso conseguimos perceber como precisamos desse tipo de ferramenta para fiscalizar e controlar esse tipo de gasto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer ao Alexandre, Fabiano e Fábio que nos ajudaram a mostrar um pouquinho para vocês. A ideia nessa quase uma hora de apresentação era mostrar um pouco como o projeto foi apresentado. Vou pedir para fazer a distribuição do texto consolidado.

Então a ideia foi percorrer três dimensões. A dimensão conceitual, a segunda dimensão todo o processo de evolução com a contribuição em especial pelos técnicos da Controladoria. Depois percorremos as duas maratonas de desenvolvimento hacker que foram realizadas em São Paulo e Campinas. A ideia de não personificar só na cidade de São Paulo é porque esse é um instrumento que não serve para um município só. Na realidade é uma fórmula para que você possa de fato oferecer inovações para o setor público.

Agora a nossa ideia é escutá-los. Já estou com quatro inscritos, quando chegarmos ao terceiro inscrito anuncio o tempo ainda de inscrições. Já tenho as inscrições do Luiz Teófilo, Brasil Laerte, Anselmo Takake e o Tiago Donini.

Agradeço a presença de todos e também vamos ficar com os canais digitais do Facebook e do WhatsApp abertos para receber também remotamente as contribuições.

Tem a palavra o Sr. Luiz Teófilo.

O SR. LUIZ TEÓFILO – Bom dia, Vereador. Bom dia a todos. Como político militante, hoje no PRP, ando muito. E quando ando muito observo bastante também. Há três anos denunciei através do canal 156, perdi 40 minutos para fazer uma denúncia naquela

porcaria. O povo paga por aquilo, mas não vê ação nenhuma.

Depois desses três anos agradeço o convite que recebi via internet para estar aqui e quero aproveitar o seu canal, o seu gabinete, a sua equipe, se quiserem fazer um trabalho em conjunto com a minha pessoa estou pronto para circular pelo Centro da Cidade linda que está muito bonita. Na 7 de Abril tem um buraco naquelas pedras que vieram importadas da Alemanha pelo PT, e não consertaram, encheram de areia lá. Na 7 de Abril, uma das ruas menores do Centro e muito movimentadas.

Na Barão de Itapetininga outros buracos. Agora pasmem, no poste da esquina da Barão de Itapetininga com a Praça da República tem uma placa de um cidadão que compra ouro, conserta celular e tudo, presa com cadeado no poste. Isso está lá há mais de um ano. A gente vem denunciando e nada.

Na Rua 7 de Abril, na Praça Ramos de Azevedo, pendurada naquela escada desativada em frente às Casas Bahia, uma placa que roubaram o cachorro do cara há dois anos e a placa está lá procurando e gratificando quem der notícia do cachorro.

Panfletos são distribuídos diuturnamente no Centro, na porta do Metrô. Outro absurdo, é proibido qualquer tipo de som na rua, caixa de som, carro e etc. e na porta do Metrô tem um cidadão com um serviço de autofalante que funciona das 6h30 até tantas horas da tarde, anunciando o serviço de compra de ouro, de celular, etc., e com placa também.

Então acho que se existe uma legislação que proíbe e se alguém está praticando, alguém deve ter dado uma licença como foi denunciado há pouco tempo, o irmão de um Secretário de Governo estava cobrando propina, na Lapa, para soltar uma licença para distribuir na rua panfletos, jornais de lançamento de prédios, etc.

E aqui no Centro não precisa procurar. A gente já vê que a corrupção está presente porque se há três anos denunciei via canal 156, se há um mês fui à Ouvidoria da Prefeitura denunciar o fato e se nenhuma providência foi tomada é porque a corrupção está marcando ponto no Governo da Cidade Linda. Gostaria de requerer ao Vereador providências nesse

sentido porque o povo está sendo agredido com os desmandos que se praticam na Cidade.

Os buracos na rua já passaram a ser vergonhosos. Os panfletos que emporcalham as nossas ruas e entopem os nossos bueiros, acontecem todos os dias. Então alguém precisa tomar providências. O Vereador está de parabéns pela sua ação popular trazendo o povo aqui para tomar conhecimento e discutir o assunto. E quero parabenizá-lo também, Vereador, e a todos os outros que me acompanham pela vitória do nosso clube – o Corinthians – ontem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer o Teófilo, vamos tentar avançar com esse conjunto de informações que nos prestou, em especial das ações aqui denunciadas.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou da Unesca, que é o Cosmos Universidade. A Unesca é uma universidade de massa, em 98 países. Em março do ano que vem a Unesca realiza o seu congresso de educação para instalar 25 cursos físicos e 50 cursos à distância. Ela adota os 17 ODSs da ONU e criou mais três ODSs. Desenvolvemos internacionalmente os ODSs e nacionais os ODSs e municipais.

Um deles é o ODS de combate à corrupção e desenvolvimento do controle social. Falo de corrupção no país. Há 20 anos venho investigando crime de corrupção no país. Hoje é mais de 1 trilhão de dinheiro roubado desde a Constituição e só para ter uma ideia há 10 anos entrei com vários documentos, vários dossiês denunciando a quadrilha que o Temer, Sérgio Cabral, Picciani e o ex-Presidente do Congresso e agora com a abertura do PMDB de outra sigla partidária para roubar os 50 bilhões do Rio de Janeiro.

Na época que entrei o Ministério Público chegou a arquivar o documento. Disse que não tinha como investigar e depois investigaram e vejam o que deu no Rio de Janeiro que está falido. Um ano e meio antes de começarem os jogos olímpicos investiguei uma operação que o Temer, o Sérgio Cabral e a gangue toda distribuiu propina para os membros do Comitê

Olímpico, para colocar os jogos com sede no Rio de Janeiro, com objetividade macabra de desviar 40% tanto dos patrocínios e das obras superfaturadas.

Estava no Rio de Janeiro numa audiência pública debatendo a Ciclovia Tim Maia. Apresentei dois projetos. Um plano “A” que seria uma ciclovia, já tinha investigado a situação oceânica no Rio de Janeiro, com equipamento da NASA, quando as ondas vinham e batiam nela a ciclovia levantava. E o plano “B” era uma ciclovia toda metálica que se a onda viesse não derrubaria.

Eles construíram uma ciclovia de concreto superfaturada e o valor do superfaturamento daria para construir a ciclovia com equipamentos avançados da NASA. Viram o que aconteceu? Deus ajudou porque quando o mar subiu havia poucas pessoas. Se fossem muitas teriam morrido várias pessoas naquele acidente, aquele crime que ocorreu no Brasil.

De um montante de 300 trilhões de reais roubados no país, percorri mais de 1.200 cidades, 35% do montante roubado é do sistema único de saúde. Isso é um verdadeiro absurdo. Para encerrar, parabênizo o Police através dessa iniciativa. A Unesca a partir do ano que vem vai iniciar tanto um processo de fiscalização, através da UDS de combate à corrupção e vai criar várias plataformas nacionais e internacionais para fiscalizar e vasculhar o Orçamento Público das Cidades e da União e de outros países. Vou denunciar tudo que investiguei e vou publicar um livro sobre a corrupção no país e parabênizo essa iniciativa, que não vai ser uma tarefa fácil. É o que eu tinha para dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Chamar o próximo, Anselmo Takaki.

O SR. ANSELMO TAKAKI – Quando você apresentou o seu projeto, houve a menção à palavra auditoria eu gostaria de saber como seria essas auditorias? Internas, externas e como seriam os regimes de contratação? Comparando com o cadastro nacional de empresas inidôneas vocês pensaram em cadastrar e por quanto tempo ficaria vigente esse cadastro.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tiago Donini.

O SR. TIAGO DONINI – Bom dia a todos. Parabenizo a equipe pela apresentação e pela iniciativa. Li o texto na terça, quando recebi o e-mail do convite. Primeiro, fiquei superentusiasmado com o projeto ele é muito importante e relevante, sobretudo por essa dimensão tecnológica que vocês agregaram e que é inédita.

No artigo segundo, invoca o princípio da supremacia do interesse público. Eu só queria fazer uma observação. A ideia de supremacia do interesse público vive uma certa crise porque essa ideia vem sendo bastante censurada pelo Poder Judiciário, pela doutrina do Direito Administrativo, então, quando muito você ainda tem alguns defensores ainda da supremacia do interesse público numa visão leve, atenuada. Particularmente, eu adotaria o princípio do interesse público. A ideia de supremacia significa comprar algumas brigas que do ponto de vista do ponto de vista da normatização desse princípio a gente vai acabar tendo problemas. O artigo segundo talvez do ponto de vista logístico, posso mandar depois algumas sugestões. Enfim há uma série de coisas bacanas aqui nesses primeiros dispositivos e no artigo quarto tem uma disposição que merece ser analisada, que é a do inciso primeiro, que fala do sobrepreço, que é uma situação...voce narrou uma que não é uma ideia de sobrepeso jurídico, que a administração pública paga três vezes mais do que eu pago uma passagem. Juridicamente não, mas é um sobrepreço. Esse conceito de sobrepreço surgiu na jurisprudência do TCU, junto com o conceito de superfaturamento e agora ele ganhou uma dimensão normativa na lei federal 13.303. Eu recomendaria inclusive trazer o superfaturamento para cá, que é mais grave que o sobrepreço, dependendo das circunstâncias e eu adotaria inclusive a mesma terminologia da 13.303 para sobrepreço e superfaturamento que não consta nesse dispositivo.

Tem um erro de numeração que provavelmente vai ser corrigido aqui no artigo 20, inciso IX, fiquei com uma dúvida no artigo 23, parágrafo segundo, quando fala de veículo oficial, quando falade veículo oficial se esse conceito de veículo oficial abarca inclusive veículo contratado, só para saber se isso vai ser restritivamente interpretado ou de forma ampliativa. É

uma questão mais formal.

Para concluir, a prefeitura tem uma locação de recursos expressivos em parceria com entidades do terceiro setor. Na área da saúde metade da rede assistencial da atenção básica em parcerias, avançou muito significativamente no controle, mas me parece que mereceria uma sessão específica, aliás, não junto com a sessão de contratações públicas, alias, vendo esse site, Suspeitando, eu vi uma imprecisão ali que merece ser considerada, compara-se convênios e contratos e a formação de valores financeiro de um convênio e de um contrato são completamente distintas, a forma de composição do valor, a execução, isso pode trazer uma situação de suspeita totalmente indevida, descabida. Acho que teria de ter esse olhar para quem conduz esse projeto, que é superinteressante, mas merece pensar um pouco em como que as parcerias do terceiro setor ingressam nessa agenda, sobretudo, no dispêndio de recursos de origem pública por elas, como as entidades gastam e daí mereceriam...eu sei quem tem aqui uma exposição que remete à questão de transparência, na verdade, já estão vinculadas à lei de transparência, mas no artigo 35 o projeto remete a isso e merece um acréscimo no artigo 35, parágrafo primeiro, inciso Vereador, porque os convênios hoje passam a conviver com uma série de outros ajustes, todos tem de estar aqui e quando são implementados eles não envolvem pagamentos, mas repasses. É isso, superentusiasmado, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou fazer uma breve fala intermediária, para depois chamar o restante dos inscritos. Laerte, vamos esperar um pouco as suas contribuições, obrigado pela fala. Anselmo, as auditorias não são contratadas, na realidade, o que dispomos no projeto é a fórmula com que os auditores já contratados para o controle interno vão atuar. Aqui não tem ampliação com contratação de auditorias independentes, estamos utilizando as ferramentas que temos à disposição com os quadros em especial os novos quadros que foram contratados pela administração. O último concurso público feito, na nova carreira, que é a carreira da controladoria. Hoje, você tem uma carreira que veio da

reforma administrativa promovida pelo Prefeito Haddad que criou a controladoria, os cargos de controladores, mas ainda não ofereceu o arcabouço para as atividades deles, então, o arcabouço legal para essa atividade é esse que de maneira muito competente o Tiago veio nos ajudar, dizendo de avanços e recepções na legislação municipal que temos que fazer, na legislação federal e algumas adequações que é exatamente a fase que estamos.

Não vamos criar um novo cadastro, na realidade, a cidade já tem um cadastro, que é o CADIN, é ele que acaba por receptionar as empresas que por ventura tenham alguma anomalia na sua relação com o setor público, reconhecendo que não é só as práticas anunciadas aqui que vedam a participação de uma empresa. Na realidade há uma série de outras que vão vedar. Você se devedor do município é uma das outras que acabam por vedar a sua participação, então, na realidade é um conjunto delas, mas não é a totalidade e temos um cadastro municipal que trata disso e não quisemos inovar. Lembrando que o esforço que fizemos foi utilizar todo o arcabouço que já existe. Temos uma limitação do ponto de vista, tanto da iniciativa, como da competência municipal e temos que percorrer um caminho bastante, não vou dizer limitado, mas reservado. Para que consigamos aprovar essa organização, tivemos a cautela de não criar uma política e sim organizá-la. Porque a gente sabe que existe na cidade muito, muita legislação e decretos, legislação federal, alguma estadual, mas o esforço que estamos fazendo é organizar toda ela e aí sim trazer um novo ator, o ator tecnológico é quem estamos trazendo, quanto mais precisa é a organização da nossa legislação, novos atores e em especial aqueles que trata disso de maneira orgânica e automatizada. Por isso a gente tem de ter muito ajuste redacional.

Daí o Tiago nos traz de maneira muito competente alguns ajustes que nós acabamos por fazer nessa segunda fase, eu sei que o texto acabou sendo brindado foi o da primeira fase e estamos trazendo o avanço que tivemos até aqui. Nós fizemos nesse texto para segunda fase um pequeno avanço na questão das organizações sociais. É por ela que vou começar. É verdade, hoje, parte dos serviços das áreas sociais de saúde e assistência social já

são realizados e parte da cultura também. Tem de lembrar que o Teatro Municipal é um contrato de gestão com uma organização social e representa mais da metade dos gastos com cultura e de maneira muito precisa o Tiago nos anunciou que a saúde tem mais de 58% da atenção básica nas mãos das organizações sociais e são contratos de gestão e, portanto, tem de ter um controle por parte do controlador interno.

Avançamos um pouco, no artigo 68 do novo texto, vamos estar atentos e o esforço que a gente faz daqui até a votação é fazer esse segundo avanço. Também não vamos buscar, e realizamos algumas correções, para não gerar nova dúvida dessa supremacia do interesse público. Resguardar o interesse público como um foco objetivo. Agradeço muito, Tiago, a releitura que precisamos fazer da 13.303 para trazer o conceito de superfaturamento e sobrepreço de forma precisa para que isso nos permita uma utilização bastante eficiente dessas regras.

Outra questão que queremos aprofundar, quando trabalhamos na questão do veículo oficial, aqui a gente está falando do transporte oficial do agente público que tem direito na sua contratação a um transporte, ele vai receber um voucher no futuro. Não vai ter carro, motorista, não vai ter nada. Esse é um voucher eletrônico, vai estar num aplicativo e vai sugerir da onde você está para onde você vai chegar, quais as modalidades que se tem. Hoje a Prefeitura já contratou a 99, quando estava para contratar a 99, foi um desafio que fiz ao prefeito no ano passado, já falei para o Secretário de administração que acredito que ao contratar uma empresa para fazer o transporte muito mais barato, na realidade é isso que acabou sendo contratado a gente já...pode estar sendo superado por um sistema que te permite contratar naquele momento o serviço daquela que é a mais barata, que não necessariamente vai ser a 99.

Muitas vezes o sistema não tem que oferecer ao agente público o transporte de carro mais barato, mas mais eficiente daquele ponto para aquele destino. É quase dizer o seguinte: se você tiver às 16h, na Avenida Paulista e tiver de ir até o centro, se estiver às 9h,

concluindo uma reunião na Av. Paulista e tiver de vir ao centro, a recomendação que será dada no aplicativo será que com R\$ 2,80 e se deslocar duas quadras, entra no metrô e chega na Secretaria que é seu destino. Se você esperar o carro para te buscar com motorista, o carro executivo, você vai levar 32 minutos. Mas isso é uma decisão do agente público, ele tem um voucher para ser transportado por aquele carro executivo, mas ele pode optar por reconhecer a economicidade, a Inteligência, o tempo ele pode optar. É esse arcabouço legal que queremos deixar no projeto para esse modelo de contratação e para diversos outros que utilizem base tecnológica para compra do serviço ou produto. É essa inteligência que queremos oferecer.

Então, quando brincamos que a Trivago dá merenda, o buscapé do tapa buraco, é uma brincadeira mas para nós pensamos que não parece razoável oferecer essa tecnologia ao nosso favor? Se o Trivago está conseguindo encontrar e ampliar a taxa de ocupação, estamos falando de dois benefícios, estamos pagando menos pelo mesmo serviço e fazendo com que aquele que é ofertador do serviço nos encontre. E portanto, estamos alargando o conjunto de atores que participam da venda de serviços e produtos do setor público. Também temos de lembrar que parte do setor privado se ressentem e se limita a participar por medo dos serviços burocráticos. Temos uma limitação na participação e quando você torna isso uma rotina a tendência natural é alargar para todos. É um pouco dessa lógica que estamos tentando trazer.

Por isso que não é contra um ou outro. Ninguém é contra ninguém. É muito improvável que ao buscar um bilhete aéreo não recorra ao que está sendo oferecido nas plataformas digitais. É pouco provável que você vá ao aeroporto de Congonhas, no balcão de uma das companhias para comprar como se comprava há dez anos. Só que o nosso regime de compra ainda é muito parecido com aquele que fazíamos há 20 anos. Essa é a mudança que estamos tentando trazer, que precisa de base legal.

Precisamos beber da fonte da legislação que diz como se compra e tentar abstrair modelo de métodos e procedimentos que nos trouxeram até aqui exclusivamente. Melhora para quem compra, mas melhora também para quem está vendendo para o setor público.

Então, foi então que decidimos tratar de forma objetiva.

Tentei percorrer um pouco mais, preciso muito das contribuições. Podem mandar e-mails para Policeneto@camara.sp.gov.br, é fundamental aos que estão aqui ou nos acompanhando. Mandem contribuição, porque vamos fazer um esforço hercúleo para votar o projeto até o final do ano. Achamos que temos condições nesses próximos 20 a 30 dias amadurecer de maneira vigorosa e levar em primeira votação. Não vai ser a lei definitiva, mas é um passo. Ela organiza. E podemos ter um regime de, a cada seis meses, voltar e dizer que algo precisa de ajuste, e vamos ajustando. O que não pode é não dar o primeiro passo. Essa questão é definitiva.

Vou chamar a Sra. Maria Ismelia, da Mava; peço para se preparar o Sr. Willians Fernandes, da Ceda, do distrito Anhnaguera; Daniel Rodrigues Camacho e Kleiton Claro da Costa.

Lembro que no final da fala da Maria Ismelia, vamos concluir as inscrições e vamos para o encerramento dos nossos trabalhos.

A SRA. MARIA ISMELIA – Coordeno o movimento Mava, movimento amigo da Vila Ângulo de Vera Cruz e conselheira municipal da Lapa. Alexandre, é muito triste não termos número suficiente de candidatos para participar dos conselhos participativos, porque é na comunidade que achamos o problema, que identificamos e levamos de uma maneira informal para a zeladoria. Então, é muito triste isso. Concordo com você que nos Estados Unidos e Europa que a comunidade lá age e nós que não agimos ainda.

A indiferença do povo hoje me deixa triste. A palavra é tristeza. Por que somos tão indiferentes a tanta coisa ruim para nós. O que vai acontecer conosco daqui a alguns anos?

Outro dado muito triste foi que saiu esta semana notícia de educação. O mundo tem 100 milhões de analfabetos, o Brasil tem 13 milhões. Agora, analfabetos funcionais, temos algo em torno de 38%, aquela pessoa que lê e não entende. Eu trabalhei na Embrapa e é duro chegar com o boletim para o agricultor e ele não entender. Ler e não entender é mais triste do

que ser analfabeto que é enganar duas vezes. É muito desagradável e triste.

A lei está aqui, precisamos ler com cuidado, não sou especialista, mas qual é a minha contribuição para essa lei? Não sei se foi colocado, o menino de Campinas falou: o custo da ignorância, o dinheiro que é desviado da corrupção para áreas importantíssimas para a sociedade, como educação, saúde, saneamento básico, acessibilidade e outras. A publicidade para mim é o Datena, às 17h, não é o ramal 156, não são os blogs das redes sociais. É aquela hora que você pega o povo indo para a rua, suado, sofrido, cansado e falar que a corrupção na Vila Ângulo foi tanto, quem fez foi essa pessoa e punida por isso. Agora, se não tivesse acontecido isso, teríamos lucrado uma melhor iluminação, praças, coisas locais, pequenas, simples.

Uma redação didática, Alexandre e Police, que não adianta falar com complicação. O problema é esse, o resultado é esse e vamos partir para uma solução. Eu acho que é essa a mídia que deveria ser usada, aberta, porque o povo não tem para comprar, BandNews, Globo News, e quando vai é de forma deturpada, porque atende empresários da mídia. Apesar que o Datena também atende a mídia, Mas que fale no horário das 18h, cansado, suado, com raiva, pagar ônibus caro, levar duas horas para ir e voltar. Essa é a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Acho que é isso texto claro, simples, objetivo e utilizar as grandes mídias.

A SRA. MARIA ISMELIA – Isso só vem com uma nova consciência, tem de nascer do povo brasileiro. Consciência de todos, juízes, Executivo, Legislativo, etc. É com o voto, com democracia que vamos vencer isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço à Maria Ismelia, e acho que é isso, uma mudança de comportamento que é obrigatória, não é só da lei, se não ficamos imaginando que lei resolve tudo, mas não é; lei é um instrumento provocado pela sociedade, mas tem muitas práticas que a sociedade precisa assumir.

Peço que as pessoas venham à mesa, porque estamos sendo acompanhados

pelos canais da TV, senão perdemos a oportunidade de termos o controlador geral conosco. Agradeço a presença do Dr. Guilherme, que não só nos recebeu mas tem nos ajudado nos debates e contextualização dos avanços necessários nesta legislação.

Ao final das falas do Willians, do Daniel, do Kleiton que o nosso controlador geral também faça sua participação. Passo a palavra ao Willians Fernandes da Silva, da Ceda, distrito Anhanguera, Perus.

O SR. WILLIANS FERNANDES DA SILVA – Primeiro cumprimento a Mesa e todos que se dispuseram após um feriadão para estar aqui, pensando na Cidade. Isso é importante;

Primeiro quero parabenizar pelo seu trabalho, mas uma coisa é clara na apresentação do Alexandre, percebemos um grande enfraquecimento e acho que a lei vem para isso, quando se cria um conselho, cria-se com uma intenção. Quando foi criado e vou falar pelo conselho de saúde que hoje está quebrado e o conselho municipal que, por incrível que pareça, não conseguiu alcançar o número mínimo de pretendentes ao cargo. Mas um fato que tem acontecido nos conselhos? Eles não têm sido respeitados. Acho que essa questão da lei precisa captar essa intenção, porque quando se cria um conselho, o participativo, por exemplo, é totalmente voluntário, só que quando o conselheiro foi eleito, foi com uma intenção: ajudar o parlamentar a fiscalizar exatamente isso. Hoje essas plataformas que detectaram esses bilhões que pode ser intencional ou não, mas quando foi criado esse conselho, foi exatamente para que aquelas pessoas que ali estão pudessem contribuir com a visão que o parlamentar ou o órgão que ali está não tem oportunidade de ir por conta de qualquer problema.

Então, a maior preocupação nesse projeto é a interação. Você economiza quando você escuta, Às vezes é como o Police falou, você gasta três vezes mais quando você poderia usar uma plataforma gastando três vezes menos. Então, a minha contribuição é fazer com que essa lei, ela realmente seja a forma de controlar a corrupção, dar abertura a quem de fato faz parte que é a população. O poder público tem de ter essa preocupação de ouvir a população

pelo qual foi eleito. Acho que é a contribuir, considerar realmente os conselhos para os quais foram criados.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço à contribuição dos conselhos, na importância que os conselhos temáticos como regionais têm, conselhos participativos, de saúde, de unidade, porque na realidade é o controle mais próximo da tarefa típica que os municípios têm que seriam a prestação de serviços de saúde, de educação, de transportes.

Quando olhamos a estrutura do setor público, ele eminentemente é um prestador de serviço e se você não tem uma capacidade de controle de qualidade desse serviço prestado, você perde muito a capacidade de controlar o gasto. O gasto tem algo que a legislação que estamos propondo traz que são os indicadores de qualidade de serviço. Tem algo fundamental que seria você também conseguir controlar a entrega. Falamos da compra, compramos serviços de saúde na medida em que temos um contrato de gestão com as organizações sociais de saúde, por exemplo. Estamos conseguindo ser eficientes na recepção, quando esse serviço é entregue ao cidadão? Então para isso também se imagina controles mais eficientes e eficazes e o mais automatizados possíveis.

Daniel Rodrigo Camacho.

O SR. DANIEL RODRIGO CAMACHO – Boa tarde a todos, é minha primeira vez. Quero parabeniza-lo pelo projeto, acredito que vá trazer benefícios para a população e para todos. O meu projeto que quero passar é o seguinte: todos quando entram num posto de combustível se sentem roubados. Um caso recente, quase perdi minha família numa rodovia por combustível adulterado. Meu filho de cinco meses e minha mulher. Isso me levou a buscar tecnologia, formas de combater a fraude, a corrupção dos combustíveis a nível nacional.

Estou com um projeto aqui onde você força as empresas a instalar provetas ao lado da bomba, onde começamos a ser o consumidor. Isso será um novo conceito do abastecimento, onde as mangueiras de combustíveis são transparentes. Então, o combustível só vem aumentando, um posto de combustível lucra 120 mil reais por mês, honesto. Um posto

que fraudada, em média de 400 mil por mês, onde consegue ter ao lado dele agentes da ANP, polícia militar, polícia civil, qualquer tipo de pessoa que possa enquadrar em qualquer artigo.

Então, existe hoje um parâmetro em que você entra num posto e você encontra uma bomba preta, com mangueira preta. Isso está acabando com a população, porque a questão do combustível adulterado é nacional. Temos hoje quase 50 mil postos, e esse projeto põe fim, de vez, ao combustível adulterado. A fraude que todos passam, tenho certeza, todos os dias quando abastecem seus veículos.

Então, quero deixar esse projeto aqui, em mãos, ao nosso vereador, para futuramente podermos viabilizar como projeto de lei, porque é um projeto que precisa da atenção e participação de todos. Não adianta mais só brigarmos com o frentista, com o gerente, que te ressarce naquele momento e acaba ali. Só que a máquina continua a rodar. Então, isso enche os olhos de quem realmente quer usar um posto de combustível para lavar dinheiro, fraudar combustível. E uma pessoa que tem posto honestamente, tem um lucro de 25 a 30 centavos do litro de combustível, já o fraudador tem um lucro de 80 centavos por litro, onde compra combustível adulterado da refinaria, onde ele vai te roubar dois litros de combustível do seu carro, por carro. O lucro é absurdo, para se te uma ideia, um posto de rodovia vende o equivalente a 3 a 5 milhões de litros por mês. É uma empresa onde o dinheiro entra todos os dias e as pessoas ficam milionárias sim.

Então, você acaba igualando em questão de preço. Esse projeto traz transparência, honestidade, visibilidade. Cada uma das pessoas que está aqui e vai abastecer o seu veículo, será o fiscal do seu próprio consumo. Acredito que esse pode ser um projeto que pode se tornar lei, que tanto precisamos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Daniel, vamos recepcionar a sua proposta e ver como a Câmara Municipal pode atuar nessa questão, como você falou é nacional, mas que pode ter o início dos trabalhos por São Paulo.

Kleiton, nosso amigo da liderança do PSDB.

O SR. KLEITON CLARO DA COSTA – Bom dia, Vereador, parabéns pela iniciativa. Olhando a lei assim, vemos que estão sendo criados mecanismos para que outros setores não envolvidos dentro do poder público, da iniciativa privada, tenha condições de fazer a fiscalização.

Como sugestão para uma próxima legislação, porque talvez não tenhamos leis federais que permitam isso, mas para dar mais responsabilidade para as chefias. O que acontece, tanto a chefia imediata quanto a mediata, o setor passa a fazer corrupção porque a chefia é sócia do agente na corrupção; a chefia sabe que há corrupção, mas deixa rolar porque não quer envolvimento; e a terceira por prevaricação ou omissão, a chefia não toma conhecimento, não sabe nada.

Então, é a história sendo de qualquer tipo, a hora que a chefia vai responder, fala que não sabia. Isso temos bons exemplos no país. Precisamos pensar como nos Estados Unidos em que criaram uma lei em que a chefia tem a obrigação de saber. Isso que temos de fazer porque a fiscalização começa com a chefia que tem de começar a fiscalização. Essa é a minha sugestão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bom. Agradecer ao Clayton Claro da Costa, um dos técnicos que atua na Liderança do PSDB, funcionário de carreira da Prefeitura, emprestado aqui para o Parlamento Municipal. Muito obrigado pela contribuição.

Dr. Guilherme, a gente queria escutá-lo um pouquinho.

O SR. GUILHERME RODRIGUES MONTEIRO MENDES – Em primeiro lugar, quero me desculpar pelo atraso, não consegui vir no horário programado, mas fiz questão de aceitar o convite do Vereador Police e prestigiar essa audiência, principalmente porque estivemos conversando na Controladoria. A iniciativa dele merece todo o apoio por trazer elementos que são essenciais para o controle, que é o aprimoramento do uso da tecnologia, que hoje nos permite resultados maravilhosos e muito expressivos se bem utilizados.

O avanço na transparência, que hoje é um caminho inevitável e certamente auxilia

e muito a Administração Pública a conseguir enxergar todas as suas atividades e consequentemente melhorar os seus serviços e também um incentivo à participação do controle social. A transparência e o controle social são irmãos gêmeos e certamente são a melhor forma na medida em que você consegue empoderar o tomador de serviço, aquele que utiliza o serviço público, aquele que tem a necessidade a ser suprida de elementos que permitam que ele acompanhe todo o caminho, desde a contratação, como o Vereador Police falou, até a efetiva prestação, a efetividade das compras públicas. Isso tudo é muito caro para aquele que está na ponta e precisa de alguma forma de um serviço que com a pior ou a melhor qualidade é prestado.

Então, acho que a minha vinda aqui foi com o intuito realmente de prestigiar a iniciativa, que tem todo o apoio da Controladoria-Geral e também tem envidado esforços para cada vez mais aumentar os níveis de transparência, os níveis de controle da Administração e controle social, porque a gente entende que nesse sentido nós estamos totalmente uníssonos e totalmente pensando na melhoria do serviço público, que é um fator que hoje é tema de primeira ordem.

Graças a Deus, a população vem se conscientizando da necessidade de fiscalizar, da necessidade de aprender a ter mecanismos de controle, como o Vereador falou, índices de mensuração de desempenho, indicadores de gestão. Isso tudo são conceitos que aos poucos vão entrando na cabeça do munícipe e a tendência disso é que cada vez mais, ao propagar essas ideias, a gente consiga colher melhor os resultados, oferecendo serviços de melhor qualidade para mais gente e a menor custo. Esse eu acho que é o mote da iniciativa do Vereador e também o nosso objetivo lá à frente da Controladoria.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer a contribuição trazida no dia de hoje, mas agradecer muito os quase dez meses de debate intenso que a gente vem realizando com a Controladoria; agradecer também à Procuradora Laura, que nos ajudou muito no primeiro semestre desse ano; à equipe inteirinha da Controladoria que junto conosco

realizou a Hack in Sampa.

Ficaram conosco os técnicos, os coordenadores de setores, que puderam ser mentores da Hack in Sampa, isso foi bastante importante, porque a mentoria nesses momentos de aproximação do setor de tecnologia e do setor público é muito importante, pois poucos têm conhecimento aprofundado de como os procedimentos no setor público são realizados. É muito importante a presença dos técnicos para orientar os desenvolvedores e, portanto, fazer sentido para eles essa tarefa de não só dar as transparências, mas utilizar os dados que já são públicos na sua maioria de maneira cada vez mais inteligente.

Eu preciso concluir os nossos trabalhos, já estamos aqui há pouco mais de duas horas, as audiências não têm tido a característica nossa, por isso preciso agradecer a todos os que participaram. Infelizmente as matérias de autoria dos Vereadores têm nas suas audiências públicas aquele quase rito formal “Há inscritos? Não há inscritos?” e acabou. Conseguimos nesse tema trazer um conjunto de contribuições, eu sei que iremos conseguir um conjunto ainda maior, do dia de hoje até a votação.

Com a contribuição dos Vereadores – eu vejo aqui a equipe que assessora o Vereador Rodrigo Goulart, muito importante para nós, assim como a equipe do Mario Covas e a equipe da Janaína. Então isso é bastante importante para nós e vamos reconhecendo que temos coautores, tanto a Janaína, como o Mario, como o Goulart, então a matéria não é mais só minha e, portanto, é nossa. Então, da contribuição que ainda cabe, acreditamos verdadeiramente que, ao organizar os procedimentos que dão transparência, que realizam novas formas de controle, que induzem a atuação pública de maneira mais efetiva, eficaz e eficiente possamos contribuir de maneira valorosa naquilo que está no nosso espectro, na nossa competência.

Então, fazer esse esforço até o final do ano. Acho que podemos concluir o ano com a votação do nosso projeto e iniciarmos 2018 com um novo arcabouço legal e, sem dúvida nenhuma, quando completarmos o segundo semestre fazermos uma avaliação dele e o que

precisa ser alterado de novo, iremos sempre falar isso. A legislação pode não ser perfeita, mas é aquilo de melhor que conseguimos oferecer até aquele momento.

Estamos chegando a um momento de maturidade, espero nas próximas duas semanas que realizemos todas as convergências para um texto final e para isso dependo do ator executivo também, então, a presença do Dr. Guilherme e o anúncio de que a Controladoria-Geral não só apoia, mas tem se esforçado.

Fiz semana passada duas visitas importantes, duas reuniões importantes, uma com o Secretário de Justiça, o Dr. Anderson Pomini, para também capturar essa vontade. Ele manifestou o desejo de tornar isso uma das ferramentas principais do fechamento desse ano, mostrando que isso é tão importante no debate do Legislativo, mas é mais importante ainda nas implantações dentro do Executivo. Da mesma forma com o Procurador do Município, Ferrari, que também manifestou todo esse desejo. Do ponto de vista político temos amadurecido; do ponto de vista técnico tem uma aplicação ainda a fazer, mas quando tem a parte técnica e a parte política decidida a buscar essa evolução fica muito mais fácil.

Então, agradecer a todos, mas precisamos no dia de hoje concluir, lembrando que continuamos recebendo as contribuições até a votação, mas o nosso desejo é deste substitutivo já publicado no mês de outubro e tenhamos uma condição de até o final desse mês de novembro fazer publicar a última versão do substitutivo, de forma que nos 15 primeiros dias de dezembro tenhamos condição de, depois de tornar público também, levar para um processo de votação.

Dr. Guilherme, mais alguma palavra?

O SR. GUILHERME RODRIGUES MONTEIRO MENDES – Não, não, só mesmo agradecer o seu convite e dizer que a Controladoria está sempre de portas abertas para iniciativas pioneiras e corajosas como a sua.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer a presença de todos. Não havendo mais nada circunstancialmente a tratar nesta audiência pública por conta das duas

horas do debate que realizamos, ampla participação da nossa sociedade, quero encerrar os nossos trabalhos dizendo que contamos ainda com a contribuição de vocês, agradecendo assim a presença de todos. Boa tarde.
